

**UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE PESSOAS**

**GESTÃO AMBIENTAL: O CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE NA ATIVIDADE ECONÔMICA.**

**ALUNO: Cláudio Márcio Armond**

**PROFESSOR ORIENTADOR: Prof.<sup>a</sup> Luciene Patrícia Vieira Silva**

**ARINOS-MG  
2016/2ºSEMESTRE**

## RESUMO

O futuro do planeta em relação ao desenvolvimento sustentável têm provocado preocupações e causado grandes debates com a ocorrência de inúmeras conferências e congressos mundo afora, no intuito de se alcançar o equilíbrio entre a humanidade, o meio ambiente e a biosfera como um todo.

As empresas tem focado com maior constância o tema “Gestão Ambiental”, buscando orientações e práticas para a sustentabilidade. Confrontando com esse cenário é que esse artigo visa apresentar e revisar dados sobre o que já foi analisado e discutido sobre o tema, objetivando o levantamento de ações sustentáveis e ecologicamente corretas.

Como ferramenta empresarial, apresenta-se aqui a gestão ambiental para alcançar a sustentabilidade.

**Palavras-chaves:** Sustentabilidade, gestão ambiental, meio ambiente e atividade econômica sustentável.

### 1 – Introdução

Com a Revolução Industrial que robusteceu o sistema capitalista e a ambiciosa busca pelo lucro, desde o século XVIII, as empresas têm explorado os recursos naturais, alcançando índices de consumo cada vez mais crescentes. Desde o início do processo de industrialização, a população mundial cresceu oito vezes, ampliando de forma considerável o consumo dos recursos naturais. Somente o processo produtivo, com foco na exploração da natureza, cresceu mais de cem vezes, num salto que fez agravar ainda mais a situação de ameaça do nosso planeta, o que trouxe à tona a necessidade urgente de se encontrar uma forma alternativa de relação do ser humano com a terra. Conforme disse Leonardo Boff (Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.199p.): “Parca é a consciência coletiva que pesa sobre o nosso belo planeta. Os que poderiam conscientizar a humanidade desfrutam gaiamente a viagem em seu Titanic de ilusões. Mal sabem que podemos ir ao encontro de um iceberg ecológico que nos fará afundar celeremente.”

Nick Dallas (2009. P.6) relata que as significativas descobertas tecnológicas, médicas e científicas que preparam o terreno para o avanço econômico, estão ameaçadas de serem anuladas na primeira metade do século XXI, com a exploração exacerbada dos recursos naturais por parte das empresas desde a Revolução Industrial, que fortaleceu o sistema capitalista: “o risco emergente de mudança climática e as consequências a ela associadas podem acabar com tudo o que a humanidade conquistou”.

De acordo com Dallas, a exploração dos recursos naturais expõe o planeta à vulnerabilidade como procede à alteração do clima, e, o resultado disso pode ser a perda de todas as realizações e conquistas da humanidade. Embora esse progresso de avanço econômico não seja de acesso para todos, sendo que mesmo em países desenvolvidos há muitas pessoas que vivem em estado de quase indigência, a mudança climática provocada pelos altos níveis de dióxido de carbono na atmosfera pode destruir o ecossistema e causar diversos danos à vida no planeta.

O propósito deste trabalho é mostrar a grave situação por que passa o nosso planeta no diz respeito ao trato com o meio ambiente, ressaltando os descasos e a falta de conscientização de pessoas e órgãos federativos, buscando encontrar um equilíbrio entre exploração de recursos naturais e sustentabilidade.

## **1.1 - PROBLEMA**

Com o descaso e a falta de consciência ambiental, em um futuro próximo a vida no planeta e a sobrevivência humana serão afetadas. Faz-se necessária a busca de alternativas pelas organizações produtivas e a priorização de soluções para amenizar o impacto ambiental sobre as próximas gerações.

## **1.2 - JUSTIFICATIVA**

O agravamento dos problemas ambientais, fruto do paradigma reducionista, da percepção ambiental inadequada e do modelo de desenvolvimento econômico desencadeou debates internacionais e nacionais impulsionando novos debates e medidas, o que motivou um processo de qualificação profissional, visando a

elaboração de instrumentos de intervenção, e conhecimentos importantes quando da tomada de decisão. Dentre os instrumentos, insere-se a gestão ambiental, cujo conceito carece de consolidação.

Durante séculos o meio ambiente foi entendido enquanto apenas natureza; sendo considerada por um grupo enquanto sagrada e intocável; por outro grupo como um depósito a seu dispor, e, portanto, cabível de exploração. Esta, predominante até os dias atuais. Aquela sofreu contínua modificação a ponto de introduzir o termo conservação e o ser humano é visto como se não fizesse parte da natureza.

As confusões conceituais estão arraigadas no próprio termo gestão ambiental, que é usado por alguns autores como gestão dos recursos naturais. No entanto, entre os pesquisadores e/ou pesquisadoras, há um consenso em considerar gestão ambiental, compreendendo assim meio ambiente, enquanto resultado das relações entre os elementos bióticos e abióticos. Nestas relações são consideradas o fluxo de energia, o ciclo da matéria, assim como as teias alimentares e culturais.

Na literatura são registradas diversas interpretações e conceitos sobre o tema, uma vez que estes sofrem modificações, de acordo com os avanços da sociedade; à medida que é ampliado o conhecimento em relação às questões ambientais mudam as percepções, e, conseqüentemente, outros conceitos são gerados.

O presente trabalho justifica-se pela busca de soluções sustentáveis para os graves problemas enfrentados em relação à exploração de recursos naturais pelas Organizações, que são vitais para a sobrevivência do homem, e a consciência ambiental sustentável, objetivando a preservação do planeta e das diversas espécies de vida, destacando-se nesse cenário a atividade econômica e a vida humana.

### **1.3 - OBJETIVOS**

#### **1.3.1 - OBJETIVO GERAL**

Apresentar como a aplicação das práticas corretas podem contribuir para a exploração econômica e utilização dos recursos naturais com ações sustentáveis.

### **1.3.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Conhecer os mecanismos da exploração e utilização de recursos ambientais por parte das empresas e suas práticas.

Apresentar a atual situação em que se encontra a humanidade decorrente das práticas utilizadas pelo homem no trato com o meio ambiente.

Compreender o conceito e práticas dos processos de sustentabilidade de acordo com as normas ambientais e ISO-14000.

## **2 – CONCEITO DE GESTÃO AMBIENTAL**

É o campo de estudo da administração do exercício de atividades econômicas e sociais de forma a utilizar de maneira racional os recursos naturais, incluindo fontes de energia, renováveis ou não. Fazem parte também do arcabouço de conhecimentos associados à gestão ambiental técnicas para a recuperação de áreas degradadas, técnicas de reflorestamento, métodos para a exploração sustentável de recursos naturais, e o estudo de riscos e impactos ambientais para a avaliação de novos empreendimentos ou ampliação de atividades produtivas.

A prática da gestão ambiental introduz a variável ambiental no planejamento empresarial, e quando bem aplicada, permite a redução de custos diretos - pela diminuição do desperdício de matérias-primas e de recursos cada vez mais escassos e mais dispendiosos, como água e energia - e de custos indiretos - representados por sanções e indenizações relacionadas a danos ao meio ambiente ou à saúde de funcionários e da população de comunidades que tenham proximidade geográfica com as unidades de produção da empresa. Um exemplo prático de políticas para a inserção da gestão ambiental em empresas tem sido a criação de leis que obrigam a prática da responsabilidade pós-consumo.

## **3 - MEIO AMBIENTE E REALIDADE GLOBAL**

A preocupação efetiva com o meio ambiente, no âmbito global, até a década de 1970, restringia-se ao mero cumprimento das normas de poluição determinadas pelos órgãos reguladores. Os complexos industriais limitavam-se ao cumprimento destas e à precaução quanto aos acidentes locais, numa postura reativa. Durante tempos, a incompatibilidade das atividades econômicas com políticas de proteção ambiental foi um aspecto destacado. Isto, segundo Maimon (apud Petroni, Aguiar, 2001:3), tinha como resultante certo o aumento dos custos e o conseqüente repasse ao preço dos produtos. Partindo desta visão tradicional de empresa como instituição apenas econômica, a responsabilidade ficava restrita à maximização dos lucros, utilizando-se a estratégia da minimização dos custos. Quase nada além disso. A cultura reinante no mundo empresarial não contemplava valores sociais e políticos na tomada de decisões dos administradores, da mesma forma que se buscava nas leis e regulamentações originadas pelo poder público apenas dar suporte para que as empresas garantissem suas metas econômicas ou, então, que os dispositivos legais não se constituíssem em barreiras para que estas fossem alcançadas.

DONAIRE (apud PETRONI, AGUIAR, 2001, p.4) afirma que com a consolidação da bioética global, no final da década de 1980, surge uma nova realidade socioambiental, redundando na mudança comportamental de postura do mundo empresarial. Fica para trás a velha forma de perceber o ambiente e de reação aos seus problemas. Gradativamente, começa-se a encarar a nova postura de responsabilidade ambiental como algo imprescindível à sobrevivência, em que a instituição empresarial passa a assumir um comprometimento sócio-político. Neste contexto, muitos conceitos utilizados nas décadas passadas, de 60 e 70, foram reformulados, originando novas regulamentações e legislações emanadas do poder público. Com isso, nos dias atuais, muitas das decisões de âmbito empresarial precisam levar em conta os aspectos socioambientais. Concomitantemente, outros setores sociais constituíram-se em novos agentes dentro deste processo, defendendo preocupações relacionadas à ecologia, à defesa do consumidor, de grupos minoritários, de qualidade dos produtos, entre outros aspectos. Essa articulação cidadã acaba sendo a força estimuladora para que também as organizações incorporem em seus procedimentos administrativos e operacionais os mesmo valores que apontam para os caminhos de sustentabilidade.

MAIMON (apud PETRONI, AGUIAR, 2001, p.3) afirma que a responsabilidade ambiental é desigual por setor de atividade e por tamanho da organização. Segundo ele, os fatores que determinam a qualidade ambiental são a pressão dos órgãos de controle e da comunidade local, a origem do capital (nacional/privado, multinacional ou público) e o grau de inserção da empresa no mercado internacional.

#### **4 – COMÉRCIO INTERNACIONAL, CONTROLE AMBIENTAL E CONTROVÉRSIAS**

De alguma maneira, a mudança de comportamento do empresariado de alguns setores no tocante à preocupação com processos produtivos ecologicamente corretos possui relação com as políticas internacionais de comércio. MAIMON (PETRONI, AGUIAR, 2001, p.3) revela, em sua pesquisa, que as empresas brasileiras de maior inserção internacional são as que apresentam maior responsabilidade ambiental. As empresas exportadoras sofrem grandes discriminações por meio de barreiras não-tarifárias e ecológicas, sendo obrigadas a estabelecer melhor relação com o meio ambiente.

As restrições comerciais em nome da causa ecológica, entretanto, são alvo de questionamento por ALMEIDA (1998). A autora sustenta que as reais razões para a adoção de restrições comerciais invariavelmente são postas ambigualmente. A causa ambiental, o argumento principal utilizado, parece ceder espaço, na prática, à preocupação econômica. Cumprir as exigências normativas ambientais implica em investimento maior e preço final, conseqüentemente, maior e desfavorável à competitividade. Paradoxalmente, essa mesma política, conforme argumenta ela, pode apresentar resultado contrário. Ao invés de perder competitividade, por tratar-se de um produto elaborado a partir de processo “mais limpo”, agrega-se ao mesmo um valor de *marketing* positivo, de marketing ecológico. Esta realidade já oferece visibilidade em vários países, principalmente naqueles com melhor renda *per capita*.

A eficácia ecológica e econômica das restrições comerciais também pode ser considerada como um ponto controvertido, segundo Almeida sob outro aspecto. Os problemas ambientais possuem sua peculiaridade em cada país – seus custos de controle, como também a capacidade de absorção do dano pelo meio em questão

pode variar. Desta forma, não há como se estabelecer políticas homogêneas para distintos parceiros. Nas palavras de ALMEIDA (1998):

A eficácia ecológica das restrições comerciais é questionável pelo simples fato de que nada garante que o parceiro comercial, atingido por tal medida, não vá redirecionar, dentro de certos limites, seu esforço exportador em direção a mercados alternativos, resolvendo, num curto prazo, seu problema econômico e postergando a adoção de regulamentações ambientais mais rigorosas.

Por outro lado, CAVALCANTI *et al* (2002) destaca que o ambiente da globalização econômica está impondo limites à sobrevivência das empresas, independentemente de suas dimensões, por conta da questão ambiental. Estes limites trazem à tona a necessidade de as empresas reavaliarem seus sistemas produtivos, indo além destes, em si, e considerando todo o ciclo de vida de seus produtos ou serviços. Com isso, está posta uma nova ordem, em que o problema não está apenas nos processos de produção, mas também na contabilização de possíveis impactos dos produtos ao ambiente – da concepção ao descarte.

Os preços dos produtos passam a refletir, dessa forma, os custos ambientais de sua produção, uso, reciclagem e disposição. A ação de resíduos sobre o meio ambiente, como componente de custos ambiental, é um tema em pauta nas discussões de organismos internacionais, quando da análise dos custos de produção do processo industrial. (Cavalcanti, *et al.* 2002, p.19)

Por força das leis de controle ambiental, ou pela influência ou pressão da corrente global, as empresas começam a aderir a um novo comportamento. Atualmente, uma empresa já pensa em seu passivo ambiental e na forma de como resolvê-lo, fator que pode comprometer seu patrimônio e ser determinante na inviabilidade de sua permanência no mercado na ausência de uma política, na ausência de ações preventivas. Este quadro atual sinaliza para uma demanda considerável pela busca de novas alternativas tecnológicas ecologicamente mais ajustadas na produção.

No Brasil, a incorporação desta variável ambiental alcança o setor empresarial a partir da década passada, a partir da consolidação da legislação da área. Processo desencadeado pela atuação dos órgãos ambientais controladores e pressões locais e internacionais. À exceção das empresas brasileiras de maior inserção

internacional ou mesmo a multinacionais instaladas em solo brasileiro, por pressão de investidores e consumidores nos países de origem, o setor empresarial nacional se restringe a atender à legislação ambiental de controle da poluição da água, do ar e dos resíduos sólidos.

## **5 – NORMAS AMBIENTAIS E ISO-14000**

A exigência da sociedade em relação à qualidade ambiental dos produtos oferecidos no mercado tem estimulado uma gama cada vez maior de empresas a aderir voluntariamente a normas ambientais. Tratando-se de uma tendência já quase consolidada nos países desenvolvidos, a preocupação com a natureza e, conseqüentemente, a adoção de sistemas “limpos” ou menos poluentes são elementos que ajudam a dar uma nova configuração no meio industrial brasileiro.

Buscando maior credibilidade, neste sentido, as empresas têm procurado demonstrar comprometimento, aderindo à série ISO 14000, que dispõe de diretrizes para a gestão ambiental. A série ISO14000, conforme LIMA-E-SILVA (1999), surge com o advento da Eco-92, para atender a uma demanda por uma norma internacional, capaz de padronizar os procedimentos em nível mundial. A partir daquela conferência mundial do meio ambiente, realizada no Rio de Janeiro, criou-se um grupo designado de *Technical Committee* no. 207 do *International Organization for Standardization*, designado para elaborar uma série de normas relativas à gestão ambiental que receberam o código 14000, com o intuito de serem reconhecidas como a série ISO-14000 (ISO, 1996)

Com a ISO-14000 as organizações empresariais têm parâmetros para criar sua sistemática de gestão voltada aos aspectos ambientais. Uma das principais diretrizes aponta à alta direção de cada empresa para que estabeleça uma política de compromisso com objetivos e metas ambientais – da otimização de aproveitamento de matérias, com redução de desperdícios, à redução de poluição gerada e a difusão de informações sobre preservação ambiental junto ao corpo funcional e comunidade local, entre outras.

Em resumo, a norma ISO-14000 tenta fazer aquilo que toda organização, principalmente as empresas de propriedade privada, deveriam fazer sem precisar de

norma alguma, que é trabalhar de forma organizada, ser responsável com seus clientes, com a comunidade do entorno de suas atividades, obedecer às leis e se preocupar com o bem estar da sociedade na qual funciona e da qual obrem seus benefícios. (Lima-e-Silva, 2002:18)

Donaire (2009) salienta que todos os detalhes devem ser levados em consideração, uma vez que efetua uma mudança de cultura/hábitos dentro de uma empresa não é uma tarefa simples.

Até este momento, a ISO-14000 tem dado mostras de ser um bom instrumento para o *marketing*. Lima-e-Silva destaca, que ela pode transcender este aspecto, em que pese considerar seu texto freqüentemente vago e genérico por conta do grande contingente de sujeitos envolvidos em sua elaboração num consenso internacional. Este vazio pode significar a possibilidade ou o espaço aberto às más intenções. Entretanto, há muito mais aspectos positivos, dentre eles o fato de que na norma está embutido um programa de treinamento que permite aos funcionários de uma empresa a compreensão e o enfrentamento dos problemas ambientais. Isto desde que sua direção tenha esta política concretamente. Este potencial educador intrínseco à ISO-14000 não deve ser desconsiderado.

Outro quesito passível de ser considerado como defeito da norma, o de fazer com que todas as ações no âmbito da prevenção ambiental sejam realizadas a partir de motivações mercadológicas, acaba tornando-se um ponto positivo. Ou seja, promover um processo de produção de forma sustentável pode render dividendos a quem o fizer. Não só o aumento de eficiência, mas também a partir da análise dos rejeitos ambientais de determinada atividade podem surgir perspectivas de fontes de receita. Um exemplo desta situação é o aproveitamento da cinza fina no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo, sul de Santa Catarina, da empresa Tractebel, pertencente ao grupo belga Suez, que é usado pela indústria cimenteira na produção de cimento. A adesão a um sistema de normas como a ISO-14000 por uma empresa pode ter um efeito positivo importante sobre diversos aspectos para esta, como para seus trabalhadores e, num âmbito mais amplo, em todo o seu entorno. Sobretudo, como a percepção ambiental que esses trabalhadores passam a ter, disseminando as idéias do novo paradigma e sensibilizando mentes.

O número de empresas certificadas pela norma ISO-14000 cresce de forma rápida na atualidade, numa demonstração de que esta ferramenta de controle ambiental está tendo boa aceitação. Este fenômeno não é diferente no Brasil, embora o número de empresas certificadas ainda seja muito pequeno. Até o final dos anos 90, apenas 88 empresas brasileiras constavam desta relação de certificação, segundo Peglau apud Lima-e-Silva (1999:19)

## **6 – CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE**

Importa compreender a sustentabilidade social do desenvolvimento como um processo ligado à qualidade de vida das populações, concepção que pode ser associada ao conceito de desenvolvimento humano difundido pela ONU (Organização das Nações Unidas) e constante dos vários relatórios do organismo nos últimos anos. Neste bojo, é igualmente importante trazer à tona, de forma explícita, os fundamentos éticos em torno deste processo. E, como defende Leis, não é, portanto, a abundância de bens e sim o seu benefício o que define um bom desenvolvimento humano. Para exemplificar esta importante dimensão, pode-se dizer que um crescimento econômico descontrolado, voltado puramente à satisfação de consumo, compromete a qualidade de vida das pessoas, mesmo que este comprometimento só possa ser avaliado com o passar dos anos, na medida em que se degrada o ambiente, conseqüência negativa que recairá sobre as próprias pessoas.

Não seria para estar satisfeitos se um dia contemplássemos um mundo onde não restasse nada da vida natural; (...) Se a terra tem que perder essa grande porção de beleza por causa do crescimento ilimitado da riqueza e da população, para suportar uma população mais ampla e também menos feliz, então sinceramente espero que os partidários do estado progressivo se conformem com ser estacionários, muito antes que a própria realidade os obrigue a isso pela força. (Mill apud Leis, 1999:164)

Hoje vivemos uma sucessão de catástrofes naturais estranhas e inusitadas como nunca antes foram vistas em nosso planeta. Montanhas enterradas por séculos na neve e no gelo, começam a mostrar suas encostas nuas. Geleiras milenares desaparecem aceleradamente sem que se possa fazer nada e nem se medir as

conseqüências. Furações no Atlântico Sul, tornados cada vez mais freqüentes e violentos; secas e enchentes em áreas que antes não sofriam com esses males, pragas de insetos; de roedores e de organismos microscópicos que se reproduzem fora de controle.

Todos esses acontecimentos refletem uma única coisa: Desequilíbrio.

O homem moderno destrói e influencia o **meio ambiente** que o cerca como nunca. E as conseqüências desses atos podem levar até mesmo a inviabilização da vida, como a conhecemos, em nosso planeta. Felizmente, a aparente aniquilação iminente fez com que os seres humanos acordassem e descobrissem que somente a convivência **sustentável** com o ambiente que os cerca é a chave para a sobrevivência de nossa espécie. Nunca antes se falou tanto em **sustentabilidade** quanto antes. Da mesma forma que nunca se tentou seguir e estudar formas de encontrar os **caminhos da sustentabilidade** e harmonizar nossa existência com as necessidades de **preservação do meio ambiente**.

É crescente o número de pessoas, em todo mundo, que passaram a exigir uma postura mais ativa por parte das autoridades de seus países em relação às políticas relativas ao meio ambiente e a exploração de seus recursos naturais e a ocupação mais racional das áreas urbanas. Da mesma forma, cientistas, estudiosos e pessoas ligadas ao meio ambiente reúnem-se em fóruns, debates e conferências onde se procura demarcar claramente técnicas, formas e diretrizes para que se assegure a descoberta para implementação de políticas que definam claramente quais os caminhos da ecologia e sustentabilidade cada nação deve tomar de acordo com o seu grau de desenvolvimento tecnológico, características populacionais e a forma como exploram seus recursos naturais. Avaliando e estabelecendo, caminhos para um **futuro sustentável** e pleno para todos os habitantes de nosso planeta.

Autoridades governamentais, organismos internacionais como a O.N.U.; além de ONG's e entidades particulares, todos estão empenhados em estabelecer e encontrar metas e caminhos viáveis para que qualquer governo possa implementar as políticas que melhor se adaptarão a cada país e a suas particularidades. Aprofundando a troca de experiências e estabelecendo sempre um debate em todos os níveis do conhecimento humano.

É importante entender que a busca por caminhos da sustentabilidade global, passam antes de qualquer coisa, pela busca da **sustentabilidade** individual. Pois, cada um como indivíduo pode combater ao lado das forças que desejam proporcionar uma melhor qualidade de vida para o futuro da humanidade. Cidades que tratam seus efluentes e resíduos, empresas que evitam o desperdício de energia e recursos e pessoas que vivem atentas para o modo como interferem na natureza e no meio ambiente que as cercam. Essas são as formas para encontrar os caminhos da sustentabilidade e para manter nosso planeta com capacidade de sustentar a vida por muitas e muitas gerações ainda.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao situar o homem como parte da natureza o pensamento imediato é o de como articular a interação ecossistêmica entre os seres humanos e o meio ambiente. A percepção dos seres humanos em relação à natureza dá-se sob diferentes aspectos e no decorrer da história, nem sempre esta percepção foi compatível com as necessidades para se manter um ambiente saudável e em equilíbrio. É nesse contexto que emerge a questão da gestão ambiental, do desenvolvimento sustentável e sua abrangência conceitual, e onde situamos sua conotação no atual momento da relação entre os povos e a economia globalizada. O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto à viabilidade econômica como a ecológica.

A humanidade encontra-se num período histórico de sofisticação e desenvolvimento das capacidades e possibilidades científicas e tecnológicas, embasada numa atividade econômica com um desenvolvimento ininterrupto das funções de produção e consumo de bens e serviço. No entanto, a concentração de renda, o desemprego, o aumento nos níveis de marginalidade, fome, guerra, desastres ecológicos, dentre outros problemas, são resultados diretos da intervenção não planejada do homem no meio ambiente natural e social.

Assim, além de ser estratégica, a incorporação da dimensão ambiental pelas empresas também beneficia a sociedade como um todo. A adequação da importância das questões ambientais também remete a uma estratégia de negócio

para as empresas e para a sociedade. A mitigação dos impactos ambientais é necessária. Mas, não resolverá o problema da falta de interação. É necessário que ocorra, principalmente, a transformação de nosso referencial de saber, para que a verdade universal, referenciando a decência/dignidade no ciclo da vida, seja mantida.

Ainda não há uma plena consciência ambiental por parte dos empresários e possivelmente poderá nem haver. Mas o momento atual nas empresas é de transição para um novo modelo de gerenciamento.

No início, essa mudança de comportamento empresarial foi motivada por pressão da sociedade, que se organizou para combater o desmatamento e a poluição, e por restrições impostas pela legislação ambiental, mas que termina por influenciar o mercado, alterando as bases tradicionais da concorrência.

## **8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DALLAS, Nick. Como tornar sua empresa ecologicamente responsável: 24 lições para superar os desafios do aquecimento global (tradução de Bernardo Araújo), Rio de Janeiro, Sextante, 2009.

DONAIRE, Denis, Gestão Ambiental nas Empresas. 2ª edição, São Paulo, Atlas, 1999.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro; MELLO, Claudia dos S.; CAVALCANTI, Yara. Gestão Ambiental: Planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2000. 259p.

ALMEIDA, Luciana Togeiro de. Política Ambiental: Uma análise econômica. Campinas, SP: Papyrus; São Paulo: Editora Unesp, 1998. 192p.

BUENO, Cecília. Conservação de Biodiversidade nos Parques Urbanos: O Caso do Parque Nacional da Tijuca. Dissertação de Mestrado em Gestão Ambiental, UNESA, RJ, 1998. 153p.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.199p.

LEIS, Hector Ricardo. A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: UFSC, 1999. 261p.

PETRONI, L. M.; AGUIAR, A. Câmaras Ambientais: parcerias entre empresas e a CETESB? - Apresentado no VI Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente, São Paulo: nov. 2001. Disponível em: <http://www.aguiar.eng.br> . Acesso em 2 de nov. 2002.

LIMA-E-SILVA, P. P. Uma luz no fim do túnel. Revista Arché, No. 25, 25p., Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, Fev. 2000. Disponível em <http://www.dnec.ucam.edu.br/-html/ambiente.asp> . Acesso em 28 de out. 2002.